

**INTUIÇÃO DO CAOS E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA: PERSPECTIVISMO E
FILOSOFIA EXPERIMENTAL EM NIETZSCHE**
[INTUITION OF CHAOS AND REVERSAL OF THE CHARGE OF
PROOF: PERSPECTIVISM AND EXPERIMENTAL PHILOSOPHY IN NIETZSCHE]

Thiago Mota FONTENELE E SILVA

Doutor em Ética e Filosofia Política (2017)
pela Universidade Federal do Ceará.
Doutorando em Filosofia, Arte e
Pensamento Social pela European
Graduate School (Suíça).
Professor da Universidade Estadual do
Ceará (UECE).
E-mail: thiago.mota@uece.br

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender, de forma sumária, a concepção de perspectivismo em Nietzsche. Basicamente, argumenta-se a fim de mostrar que tão plausível quanto intuir que o mundo é em si mesmo ordenado, como fez a tradição, é intuir que o mundo é caótico, como fez Nietzsche. Ocorre que, se se admite a simplicidade como critério de decisão entre argumentações plausíveis concorrentes, valendo-se da navalha de Ockham, temos que reconhecer que intuir o caos é menos que intuir a ordem, pois isto implica um comprometimento ontológico maior que aquilo. Desse modo, o ônus da prova vê-se invertido, passando a caber àquele que pressupõe a ordem provar que ela de fato existe. Assim, enquanto não se chegar a tal prova, partir da intuição do caos será mais simples e, por conseguinte, mais plausível. Por fim, defendemos que o perspectivismo de Nietzsche, sua filosofia experimental, é uma posição plausível porque nasce precisamente da intuição do caos.

Palavras-chave

caos; epistemologia; filosofia experimental; ordem; perspectivismo.

Abstract

The objective of this paper is to understand, in a summary way, the conception of perspectivism in Nietzsche. Basically, it is argued in order to show that as plausible as intuiting that the world is in itself ordered, as tradition did, is to intuiting that the world is chaotic, as Nietzsche did. It so happens that, if simplicity is admitted as a decision criterion between plausible competing arguments, using Ockham's razor, we have to recognize that intuiting chaos is less than intuiting order, as this implies an ontological commitment greater than that. In this way, the charge of proof is inverted, and it is up to the one who presupposes the order to prove that it actually exists. Thus, until such proof is arrived at, starting from the intuition of chaos will be simpler and, therefore, more plausible. Finally, we argue that Nietzsche's perspectivism, his experimental philosophy, is a plausible position because it arises precisely from the intuition of chaos.

Keywords

chaos; epistemology; experimental philosophy; order; perspectivism.



1. A posição padrão da filosofia

A tradição de pensamento filosófico ocidental que nasce com Platão e chega ao auge da sofisticação na contemporaneidade com o *Tractatus* de Wittgenstein está fundada sobre um pressuposto que é difícil de ser demonstrado: o *pressuposto correspondencialista*. Apesar de já se encontrar em Platão, e talvez mesmo antes dele, é em Aristóteles que esse pressuposto se explicita como base de uma teoria da verdade, a teoria correspondencialista. Na *Metafísica*, lemos: “dizer, com efeito, que o Ente não é ou que o Não-ente é, é falso, e dizer que o Ente é e que o Não-ente não é, é verdadeiro”.¹ Ao sistematizar o pensamento aristotélico, os medievais definiram verdade como *adequatio intellectus ad rem*.² A idéia de fundo que marca essa tradição consiste no estabelecimento da *correspondência* como critério de verdade. Trata-se basicamente da concepção de que nossas ideias, representações, conceitos, proposições são verdadeiras se correspondem aos fatos, objetos, estados de coisa que pretendemos descrever, e são falsas se não correspondem. A tradição correspondencialista fez, ao longo da história do pensamento ocidental, várias tentativas de demonstração, ou ao menos de justificação do pressuposto correspondencialista.³ Dizemos tentativas porque mesmo entre aqueles que assumem esse pressuposto e desenvolvem suas investigações com base nele, não há consenso no sentido de entender o pressuposto correspondencialista como efetivamente demonstrado. Em geral, esse pressuposto é aceito como justificado por ser considerado a ideia mais “intuitiva”, mais “natural”.

“Intuitivo”, “natural”, no caso, não são termos que estejam diretamente ligados a algum dos conceitos de intuição ou de natureza desenvolvidos ao longo da história do pensamento ocidental. O uso dos termos “intuitivo” e “natural”, no caso, é mais próximo do significado coloquial dessas palavras. Nesse sentido, “intuitivo” e “natural” é tudo aquilo que é mais fácil de ser aceito, mais comum, “normal”, os pontos de partida usuais, enfim, aquilo

¹ ARISTÓTELES. *Metafísica*. Porto Alegre: Globo, 1969. Livro IV, 7, 1011-25.

² HEIDEGGER, M. Sobre a essência da verdade. In: *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores), p. 332 e ss.

³ A concepção semântica de verdade de Tarski, que consiste numa tentativa de tradução da tese correspondencialista de Aristóteles em termos analíticos, é hoje a teoria da verdade mais aceita em círculos analíticos. (TARSKI, A. The semantic conception of truth and the foundations of semantics. In: _____ . *Readings in philosophical analysis*. New York: Appeltan, 1949, pp. 54-84.)



que segue o padrão corriqueiro. John Searle, por exemplo, coloca a tese correspondencialista entre aquilo a que chama de *posições-padrão* da filosofia. Para ele, “posições-padrão são as opiniões que temos antes da reflexão, de modo que qualquer desvio delas exige um esforço consciente e um argumento convincente”.⁴ As posições-padrão são, por conseguinte, as posições mais “intuitivas”, mais “naturais”. Searle ainda nos fornece um elenco bastante elucidativo das posições-padrão da filosofia:

- Há um mundo real que existe independentemente de nós, independente de nossas experiências, pensamentos, linguagem.
- Temos acesso perceptivo direto a esse mundo por meio dos nossos sentidos, especialmente o tato e a visão.
- As palavras de nossa linguagem, palavras como *coelho* ou *árvore*, têm em geral significados razoavelmente claros. Por causa de seus significados, podem ser usadas para nos referirmos aos objetos reais do mundo e para falarmos sobre eles.
- **Nossas afirmações são, em geral, verdadeiras ou falsas dependendo de corresponderem ao modo como as coisas são, ou seja, aos fatos do mundo.**
- A causalidade é uma relação real entre objetos e estados de coisas do mundo, uma relação pela qual um fenômeno, a causa, provoca outro, o efeito.⁵

Se admitimos o que diz Searle, a concepção que articula sistematicamente tais posições-padrão, chamada por ele de “visão iluminista”, deve ser considerada justamente a *concepção padrão* da filosofia ocidental. Ou seja, ela é a concepção mais “intuitiva”, mais “natural”. A concepção padrão da filosofia ocidental é, portanto, aquela que defende de modo articulado: 1 – um *realismo* com relação à existência de um mundo externo, independente do pensamento e da linguagem; 2 – um *empirismo* que admite que nosso aparato sensível nos dá acesso direto (intuição) a esse mundo externo; 3 – um *representacionalismo* que entende que a função essencial da linguagem é representar o mundo externo; 4 – um *correspondencialismo* que assume a correspondência entre proposições e estados de coisas como critério de verdade e, portanto, propõe uma teoria correspondencial da verdade; e 5 – um *causalismo*, ou um *racionalismo*, que compreende que esse mundo externo é em si mesmo ordenado de forma causal, isto é, que existe uma racionalidade imanente, uma razão objetiva, um *Lógos*, que é a estrutura mesma do mundo e a condição de inteligibilidade ou a condição última de possibilidade do conhecimento. Dessa forma, podemos dizer que o que a tradição chama de “intuitivo” ou “natural” é um *racionalismo realista fundado no pressuposto correspondencialista*. O que efetivamente intuímos quando assumimos esse pressuposto é toda uma concepção filosófica, um modo de pensar, que se baseia, em última instância, na ideia de que o mundo é em si mesmo

⁴ SEARLE, J. *Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real*. Trad. F. Rangel. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 18.

⁵ *Ibidem*, pp. 18-9. (Grifo nosso)



racionalmente ordenado, que há uma razão objetiva.⁶ O que se intui efetivamente quando assumimos a concepção padrão da filosofia é, em uma palavra, a *ordem*. A tradição de pensamento ocidental, de Platão a Wittgenstein, portanto, se apóia na *intuição da ordem*. E, mais do que isso, como afirmam os defensores dessa tradição, não apenas a filosofia intui a ordem, mas também o fazem a ciência e o senso comum. Assim, podemos dizer que *a filosofia, a ciência e o senso comum ocidentais se baseiam na intuição da ordem*. Eis o pressuposto básico da grande tradição de pensamento ocidental.

2. Da falácia correspondencialista à intuição do caos

Apesar da ampla aceitação com que conta a concepção padrão, a filosofia ocidental não conseguiu chegar, até hoje, a um argumento irrefutável que nos forçasse a admitir definitivamente o pressuposto correspondencialista e a intuição da ordem e a aderir sem hesitação à concepção padrão da filosofia. Os defensores dessa concepção, em geral, apelam ao bom senso e à sensatez, ao mais “intuitivo” e “natural”, para nos persuadir da validade da concepção e de seus pressupostos.

Aristóteles, por exemplo, ao tentar demonstrar de modo indireto os pressupostos de sua posição filosófica lógico-ontológica, dizia que os mesmos não podem ser refutados sem que na própria refutação voltem a ser pressupostos. Dessa maneira, tais pressupostos são como que auto-demonstrados. E, com efeito, na medida em que já são pressupostos em toda demonstração possível, eles não poderiam ser demonstrados de forma direta, senão apenas indireta ou reflexivamente. Trata-se do que contemporaneamente se chama de *contradição performativa*, que ocorre quando, no proferimento, a atitude performativa se contrapõe ao conteúdo proferido, fazendo com que o proferimento seja autocontraditório e, portanto, auto-refutado. Aristóteles compara quem quer que pretenda negar os pressupostos, para ele, lógico-ontológicos de toda argumentação a uma “planta”.⁷ Há, entretanto, no mínimo um salto entre reconhecer que proferimentos eivados de contradição performativa são falsos e admitir que seus contrários são verdadeiros. Nesse sentido, como viu Heidegger, o argumento da contradição performativa nos indica apenas que posição

⁶ À razão objetiva, entendida como estrutura racional imanente à realidade, opõe-se a razão subjetiva, entendida como instrumento ou faculdade que o homem utiliza para construir descrições da realidade. A terminologia é de Horkheimer (HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002).

⁷ OLIVEIRA, M. *Sobre a fundamentação*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 1993, pp. 65-6.



não devemos assumir, sem nos indicar propriamente o caminho a seguir.⁸ Ele teria, assim, apenas caráter crítico e não propositivo. Sendo assim, percebemos que Aristóteles ao tratar, em tom agressivo, como “planta” o eventual adversário intelectual que se dispusesse a questionar a validade de seus pressupostos lógico-ontológicos é, com efeito, um artifício retórico. Trata-se de uma desqualificação *ad hominem* da posição contrária àquela que Aristóteles defende, realizada de modo *a priori*, sem dar espaço para que o adversário exponha seu argumento.

Não vendo demonstrado de modo definitivo o seu pressuposto básico, a concepção padrão apela, como já foi dito, ao mais sensato e mais plausível, ao mais “intuitivo” e “natural”. Além disso, há quem apele à “elegância da argumentação”, entendendo por elegância a articulação bem concatenada com a qual uma teoria monta sua representação da realidade, fazendo a estrutura linguística corresponder ponto-a-ponto à suposta estrutura do mundo. Nesse caso, o isomorfismo entre linguagem e mundo é mais pressuposto do que demonstrado, ou seja, precisamente aquilo que se tratava de demonstrar, a saber, que o mundo tem em si uma estrutura bem ordenada, é pressuposto. Incorre-se, por conseguinte, em *petitio principii*. Ademais, propor a elegância como um critério em sede de demonstração lógica equivaleria, no limite, a fazer da estética a instância da fundamentação.⁹ E isso seria algo que, em geral, os lógicos jamais aceitariam.

A principal crítica que pode ser feita ao correspondencialismo diz respeito a sua postulação de um acesso direto, extralinguístico ou mesmo extra-cognitivo à realidade. Para a concepção correspondencial, a verdade é uma relação de correspondência, de adequação entre nosso intelecto (linguagem) e as coisas (mundo). Por conseguinte, a falsidade é uma não-correspondência, uma inadequação. Desse modo, podemos

⁸ Vale a pena transcrever uma crítica interessante que Heidegger desenvolve contra o argumento da contradição performativa em sua obra sobre Nietzsche: “El señor Nietzsche dice que la verdad es una ilusión. Pues bien, si quiere ser ‘consecuente’ – y no hay nada que vaya más allá de la ‘consecuencia’ – también la frase de Nietzsche sobre la verdad es una ilusión y por lo tanto no precisamos seguir ocupándonos de él. La vacía sagacidad que presume con este tipo de refutaciones da la impresión de que ya todo estuviera liquidado. En su refutación de la frase de Nietzsche sobre la verdad como ilusión se olvida, sin embargo, de algo, de que si la frase de Nietzsche es verdadera, no sólo su propia frase, al ser verdadera, se convierte en ilusión, sino que con la misma necesidad también tiene que ser una ‘ilusión’ la consecuencia verdadera proferida como refutación de Nietzsche. Pero el defensor de la sagacidad, que entretanto se ha vuelto aún más inteligente, replicará que entonces también será una ilusión nuestra caracterización de su refutación como una ilusión. Por supuesto, y la refutación mutua podría continuarse sin fin para confirmar continuamente aquello de lo que ya se ha hecho uso en primer paso: que la verdad es una ilusión”. (HEIDEGGER, M. *La voluntad de poder como conocimiento*. Vol. I. Barcelona: Destino, 2000, p. 394).

⁹ Vale lembrar que Nietzsche defendeu a tese da fundamentação estética do mundo (NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, § 5, p. 47).



estabelecer como expediente para a avaliação da veracidade de nossas ideias e proposições a comparação entre a descrição do mundo que temos em nossa linguagem e aquilo que o mundo é em si. Um dos pólos dessa comparação é a linguagem, o outro é o próprio mundo. Mas como sabemos o que é o mundo senão com nossas ideias, através da nossa linguagem? Para que possamos avaliar a veracidade de uma proposição seria necessário que soubéssemos de antemão o que é o mundo. Para dizer o que é em si o mundo, o correspondencialismo se apoia em intuições do senso comum. Entretanto, aquilo que o senso comum intui não é o mundo em si, mas um mundo descrito através do discurso que o senso comum articula sobre o mundo. O correspondencialista pensa ser possível comparar proposições (linguagem) com estado de coisas (mundo), mas ele compara apenas proposições entre si. Com efeito, não saímos da linguagem, como bem notou Nelson Goodman.¹⁰ Apenas elegemos uma das diferentes descrições possíveis do mundo como verdadeira e aceitamos sua veracidade em função de certas intuições do senso comum, entretanto, tais intuições não são aquilo que o mundo é em si, pois estão sujeitas a mudanças em virtude do tempo e do espaço, uma vez todo senso comum é historicamente situado.

Desse modo, fica claro que a determinação do critério de verdade, isto é, o pressuposto com base no qual se pode desenvolver uma teoria da verdade, por conseguinte, toda uma filosofia, é, com efeito, uma escolha tomada de modo relativamente arbitrário, uma vez que esse pressuposto básico não pode ser demonstrado. No limite, o que está na base da tarefa lógica e epistemológica de estabelecimento de um critério de verdade é uma espécie de *decisionismo*. Não há como fundamentar nossa decisão, pois qualquer critério que adotemos terá um déficit de demonstração, ainda que não possa ser definitivamente refutado. Fazemos uma decisão arbitrária, ou ao menos deficitária em termos demonstrativos, ao eleger o critério da verdade e, conseqüentemente, o discurso que deve ser tido como verdadeiro. Existe uma espécie de *decisionismo epistemológico* na esfera dos pressupostos da teoria da verdade.

Tudo isso aponta, para a pertinência da proposição de uma alternativa à concepção padrão, ao menos como experimento teórico, como tentativa que, se ao cabo se mostrasse



¹⁰ GOODMAN, N. *Ways of worldmaking*. Indianápolis: Hackett, 1978.

frustrada, levaria o correspondencialismo a ter mais clareza de seus próprios problemas e desse modo a reforçar-se.

Ao mesmo tempo em que se constitui a concepção padrão, desenvolve-se ao longo da história do pensamento ocidental uma contra-concepção padrão, um modo alternativo de pensar, que rompe com o padrão precisamente porque parte de outras intuições e pressupostos, tentando argumentar de modo tão consistente e plausível, ou mais, que a concepção padrão. Trata-se de fazer outra escolha, que não nem mais nem menos arbitrária que a escolha do correspondencialismo, mas que pode se mostrar mais plausível. Tal concepção encontra-se em diferentes pensadores, mas é em Nietzsche que ela se delinea de forma mais consciente e completa. Adiantamos que se a concepção padrão é um *racionalismo realista fundado no pressuposto correspondencialista e na intuição da ordem*, seu antípoda é um *antirracionalismo antirrealista e anti-correspondencialista que se funda na intuição do caos*. Penso que com esses termos podemos descrever a posição de Nietzsche e seu lugar na história do pensamento ocidental. Trata-se, portanto, de partir não da intuição da ordem, mas daquela que lhe é inversa, da *intuição do caos*. O esforço se legitima na medida em que, não havendo a concepção padrão se demonstrado de modo definitivo, construir um modo de pensar alternativo serviria, no mínimo, como parâmetro de avaliação da própria concepção padrão. No máximo, esse outro modo de pensar, essa concepção não-padrão, caso se revelasse mais consistente que a rival, permitiria um ganho epistemológico que nos obrigaria ao abandono ou, ao menos, a uma suspensão da concepção padrão. Se esse experimento de pensar alternativo soa incomum face à tradição filosófica, é precisamente porque o que está em jogo aí é saber até que ponto é dogmático o pressuposto básico de uma tradição antidogmática. Do que se trata, portanto, é de expor o nervo da tradição de pensamento ocidental.

3. O critério da navalha: intuição do caos e perspectivismo

Sigamos, então, o percurso de Nietzsche, cujo ponto de partida é a intuição do caos. Nesse contexto, há um aforismo de *A gaia ciência* que deve ser citado na íntegra:

Guardemo-nos! – Guardemo-nos de pensar que o mundo é um ser vivo. Para onde iria ele expandir-se? De que se alimentaria? Como poderia crescer e multiplicar-se? Sabemos aproximadamente o que é o orgânico; e o que há de indizivelmente derivado, tardio, raro, acidental, que percebemos somente na crosta da terra, deveríamos reinterpretá-lo como algo essencial, universal, eterno,



como fazem os que chamam o universo de organismo? Isso me repugna. Guardemo-nos de crer também que o universo é uma máquina; certamente não foi construído com um objetivo, e usando a palavra "máquina" lhe conferimos demasiada honra. Guardemo-nos de pressupor absolutamente e em toda parte uma coisa tão bem realizada como os movimentos cíclicos dos nossos astros vizinhos; um olhar sobre a Via Láctea já nos leva a perguntar se lá não existem movimentos bem mais rudimentares e contraditórios, assim como astros de trajetória sempre retilínea e outras coisas semelhantes. A ordem astral em que vivemos é uma exceção; essa ordem e a considerável duração por ela determinada tornaram possível a exceção entre as exceções: a formação do elemento orgânico. **O caráter geral do mundo, no entanto, é caos por toda a eternidade, não no sentido de ausência de necessidade, mas de ausência de ordem**, divisão, forma, beleza, sabedoria e como quer que se chamem nossos antropomorfismos estéticos. Julgados a partir de nossa razão, os lances infelizes são a regra geral, as exceções não são o objetivo secreto e todo o aparelho repete sempre a sua toada, que não pode ser chamada de melodia - e, afinal, mesmo a expressão "lance infeliz" já é uma antropomorfização que implica uma censura. Mas como poderíamos nós censurar ou louvar o universo? Guardemo-nos de atribuir-lhe insensibilidade e falta de razão, ou o oposto disso; ele não é perfeito nem belo, nem nobre, e não quer tornar-se nada disso, ele absolutamente não procura imitar o homem! Ele não é absolutamente tocado por nenhum de nossos juízos estéticos e morais! Tampouco tem impulso de autoconservação, ou qualquer impulso; e também não conhece leis. Guardemo-nos de dizer que há leis na natureza. Há apenas necessidades: não há ninguém que comande, ninguém que obedeça, ninguém que transgrida. Quando vocês souberem que não há propósitos, saberão também que não há acaso: pois apenas em relação a um mundo de propósitos tem sentido a palavra "acaso" – Guardemo-nos de dizer que a morte se opõe à vida. O que está vivo é apenas uma variedade daquilo que está morto, e uma variedade bastante rara. – Guardemo-nos de pensar que o mundo cria eternamente o novo. Não há substâncias que duram eternamente; a matéria é um erro tal como o deus dos eleatas. **Mas quando deixaremos nossa cautela e nossa guarda?** Quando é que todas essas sombras de Deus não nos obscurecerão mais a vista? Quando teremos desdivinizado completamente a natureza? Quando poderemos começar a *naturalizar os seres humanos* com uma pura natureza, de nova maneira descoberta e redimida?¹¹



O título do aforismo – *guardemo-nos* – já é índice do que se quer aqui defender. O filósofo procura mostrar a necessidade de nos precavermos em aceitar dogmaticamente o pressuposto correspondencialista, a concepção de que há uma razão objetiva, o preconceito da ordem imanente da realidade. Para Nietzsche, o caráter geral do mundo, a intuição básica não é a da ordem, mas a do caos. Não há uma ordem em si no mundo. Sequer há mundo em si. O que há em si não é algo que se poderia, a rigor, denominar um mundo. O que há em si inominável. Não há em si nada de mundo, nada de ordem.¹² O que

¹¹ NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, III, § 109, pp. 135-6. (Grifos meus)

¹² HEIDEGGER, M. Op. Cit., p. 418-21.

há em si é o caos, o que equivale a dizer o que há em si é nada, a desordem completa, inabarcável pelo conhecimento. Bem entendido, dizer que em si o mundo é caos não é formular a primeira sentença de uma ontologia do caos, mas negar a possibilidade de toda ontologia. Se há algo externo à linguagem, esse algo não é mundo, mas caos, desordem total e perene, algo completamente incognoscível.

Eis aí o pressuposto básico do antirrealismo nietzschiano que se desenvolverá em sua teoria do conhecimento, o *perspectivismo*. Minha pretensão é justificar a consistência dessa posição, o que efetivamente não pode ser feito por completo aqui. De todo modo, a explicitação do *pressuposto básico do perspectivismo – a intuição do caos* – me parece ser o ponto de partida mais oportuno para a realização dessa tarefa.

Nesse sentido, é interessante perguntar desde já qual é a vantagem de intuir o caos em detrimento da ordem. Este é um problema pragmático que retorna sempre em discussões epistemológicas. Podemos dizer que ao intuir o caos e ao tentar extrair desse pressuposto consequências radicais, Nietzsche não está dando um vôo para fora da tradição de pensamento ocidental, mas está desenvolvendo uma perspectiva marginal dessa mesma tradição, que já estava explícita no *niilismo de Górgias*. Este prescindia da tese da existência do ser, se desligava de qualquer comprometimento ontológico, em clara contraposição aos eleatas, por razões pragmáticas. Na prática discursiva da retórica, a hipótese do ser se mostrava a Górgias inócua e, ao abandoná-la, abriram a ele amplas possibilidades para o desenvolvimento das potências e dos poderes da linguagem. O que Nietzsche está pondo em jogo, portanto, não é algo de tão inaudito. Com efeito, ele está radicalizando uma potencialidade presente no pensamento ocidental desde Górgias.

Entretanto, podemos reclamar uma ascendência mais recente à cautela que Nietzsche nos demanda em relação à escolha dos pressupostos. Refiro-me à *navalha de Ockham*. De ampla aceitação ainda hoje, em especial na ciência e, conseqüentemente, na filosofia da ciência, a ideia de Ockham consiste em estabelecer a *simplicidade como critério de decisão* entre duas teorias igualmente plausíveis, porém igualmente indemonstráveis de modo definitivo. Ou seja, *se duas perspectivas, duas teorias, contam com a mesma chance de serem verdadeiras, isto é, são ambas verossímeis, devemos optar pela mais simples*. Podemos dizer que o critério da simplicidade é pragmático, na medida em que procura resolver com uma saída prática o problema do acesso direto à realidade pressuposto pelo correspondencialismo. Nas palavras de Ockham, *entia non sunt multiplicanda sine necessitate*, “pois nada deve ser colocado sem que uma razão seja dada, a menos que isso



seja auto-evidente (literalmente, conhecido por si mesmo)”¹³ Numa formulação de Russell, “é inútil fazer com mais o que pode ser feito com menos”.¹⁴ É sabido que, no horizonte da Idade Média, Ockham admitia a existência necessária de apenas uma única entidade: *Deus*. Todas as demais seriam contingentes e, nesse sentido, prescindíveis. O que Ockham faz é reduzir seu comprometimento ontológico ao mínimo possível em seu contexto cultural. Ockham caminhou no “fio da navalha” ao criticar a metafísica do seu tempo sem ter ido parar, por isso, numa fogueira da Santa Inquisição.

O nominalismo de Ockham, em especial sua navalha, é um ponto de partida fundante para o antirrealismo, uma vez que gera condições para o desenvolvimento, na Modernidade, do modelo epistemológico que tem seu ponto crucial na revolução copernicana de Kant e em sua crítica á metafísica. Nietzsche, ao enunciar a *morte de Deus*, elimina a única entidade que era admitida por Ockham e, por conseguinte, conclui a longa imolação da metafísica. O perspectivismo de Nietzsche é, nesse sentido, um aprofundamento e uma superação dessa tendência. As consequências de tal radicalização são demasiado amplas para serem explicitadas nesse momento.

4. Inversão do ônus da prova e filosofia experimental

A admissão da simplicidade como critério tem como consequência principal a inversão do ônus da prova. Ou seja, se duas perspectivas são igualmente verossímeis, o ônus da prova cabe à que teoria que se vale, em sua explicação da realidade, de mais entidades. Aquela que recorre a menos entidades para chegar a um resultado equivalente, deve ser admitida como verdadeira por ser mais simples, sem que haja a exigência de auto-demonstração. A perspectiva mais simples, pelo fato de ser mais simples, encontra-se, de acordo com o critério da navalha, suficientemente justificada. A exigência de uma prova correspondencial e de demonstração definitiva cabe à teoria mais complexa. Portanto, temos como critério que: *pressupor menos é melhor que pressupor mais*. Desse modo, *vence a disputa aquela perspectiva que pressupõe menos, isto é, a mais simples*.

Nossa questão torna-se agora mostrar *porque se basear na intuição do caos vem a ser um ganho em simplicidade*. Mobilizamos para isso um argumento de caráter histórico-



¹³ OCKHAM, G. *Seleção de textos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)

¹⁴ RUSSELL, B. *História do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 256.

antropológico e outro propriamente epistemológico. Em primeiro lugar, cabe dizer que a ideia do caos, de uma desordem originária, é bastante comum nos mitos, nas teogonias produzidas por homens de todas as partes e de todas as épocas. O caos é o princípio na cosmologia egípcia e na tradição chinesa. Encontra-se também em nossa mitologia, a cristã: o *Gênesis* afirma que, no princípio, eram as trevas (o caos) e Deus disse: *fiat lux*. E a luz (a ordem) se fez. Também na mitologia grega, por exemplo, na *Teogonia* de Hesíodo, lê-se: “no princípio era o *Kháos*”, tendo sido o nome, derivado de *khaíein* (“abrir-se”, “entreabrir-se”), atribuído ao deus por significar, “abismo insondável”.¹⁵ No mito platônico, tal como é narrado no *Timeu*, o demiurgo cria o mundo sensível ao dar forma a uma massa amorfa, caótica, pré-existente, a *khôra*. Parece, portanto, haver uma *necessidade antropológica de pôr o caos na origem das coisas*. No mínimo, podemos dizer, não é nada incomum pressupor o caos.

O argumento epistemológico que levantamos para dar plausibilidade à intuição do caos consiste no seguinte: quer-nos parecer que pressupor a ordem é pressupor demais. Seria mais razoável, nesse sentido, pressupor o contrário, a ausência de ordem. E, com efeito, se somos capazes de vislumbrar alguma regularidade em eventos naturais e existenciais, estes também se mostram recorrentemente irregulares, caóticos. Tantas vezes tentamos ordenar o mundo, montar sua representação mais correspondente, mais sistemática e bem concatenada, tantas vezes esse mesmo mundo se desordena e nos põe diante da constatação de que nossos esquemas explicativos não nos explicam nada. Parece mais sensato pressupor o caos, pois é mais oneroso defender que há no próprio mundo uma ordenação intrínseca, uma sustância ou uma entidade, a racionalidade imanente. Nesse sentido, *pressupor o caos é pressupor menos, restando o ônus da prova invertido. Cabe a quem pressupõe a ordem mostrar que ela de fato existe*, o que somente pode ser feito através de uma representação perfeitamente correspondencial da realidade como um mundo ordenado. Na medida em que o homem ainda não foi capaz de realizar essa empreitada, é mais plausível pressupor menos e aceitar que o que há para além da linguagem, das nossas perspectivas, é o caos.

Mas o aforismo que vimos interpretando não é apenas uma lição de precaução e de prudência. A cautela que nos levou à ousadia de pressupor o contrário da grande vertente do pensamento ocidental cumpre, com efeito, o papel de gerar a oportunidade para



¹⁵ BRANDÃO, J. S. *Mitologia grega*. Vol. I. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 1996, pp. 184-5.

outras e maiores ousadias. Nietzsche pergunta no mesmo aforismo: “quando deixaremos nossa cautela e nossa guarda?”. A pergunta soa, no caso, como um convite a ousarmos mais, a experimentarmos. *O pensamento que nasce da intuição do caos é, por conseguinte, o pensamento como experimentação, uma filosofia experimental.*¹⁶ Em suma, nisso consiste o perspectivismo.

Referências

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Porto Alegre: Globo, 1969.

BRANDÃO, J. S. *Mitologia grega*. Vol. I. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GERHART, V. „Experimental-Philosophie“: Versuch einer Rekonstruktion. In: _____. *Pathos und Distanz: Studien zur Philosophie Friedrich Nietzsches*. Stuttgart: Reclam, 1988.

GOODMAN, N. *Ways of worldmaking*. Indianápolis: Hackett, 1978.

HEIDEGGER, M. *La voluntad de poder como conocimiento*. Vol. I. Barcelona: Destino, 2000.

HEIDEGGER, M. Sobre a essência da verdade. In: _____. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores)

HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OCKHAM, G. *Seleção de textos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)

OLIVEIRA, M. *Sobre a fundamentação*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 1993.

RUSSELL, B. *História do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SEARLE, J. *Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

¹⁶ Dadas as dificuldades de se chegar a uma fundamentação última, com demonstração plena do pressuposto correspondencialista, e devido ao abandono da noção de forte de verdade, tendente ao absoluto, Völker Gerhart propõe, a partir de Nietzsche, a reconstrução de uma filosofia experimental (GERHART, V. „Experimental-Philosophie“: Versuch einer Rekonstruktion. In: _____. *Pathos und Distanz: Studien zur Philosophie Friedrich Nietzsches*. Stuttgart: Reclam, 1988).



TARSKI, A. The semantic conception of truth and the foundations of semantics. In: _____ . *Readings in philosophical analysis*. New York: Appelton, 1949.



FONTENELE E SILVA, Thiago Mota. INTUIÇÃO DO CAOS E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA: PERSPECTIVISMO E FILOSOFIA EXPERIMENTAL EM NIETZSCHE. *Kalagatos*, Fortaleza, Vol.17, N.1, 2020, p. 49-61.

Recebido: 07/2021
Aprovado: 08/2021

